



Universidade de Brasília-UnB
Faculdade UnB Planaltina-FUP
Curso de Gestão Ambiental – GAM

ELIETE DA SILVA

**PRESSÃO ANTRÓPICA SOBRE O PARQUE ECOLÓGICO E VIVENCIAL DO
RETIRINHO EM PLANALTINA - DF**

PLANALTINA-DF

2014

ELIETE DA SILVA

**PRESSÃO ANTRÓPICA SOBRE O PARQUE ECOLÓGICO E VIVENCIAL DO
RETIRINHO EM PLANALTINA - DF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Gestão Ambiental como requisito parcial
à obtenção do título de bacharel em Gestão
Ambiental.

Orientadora: Dra. Tânia Cristina da Silva Cruz

PLANALTINA-DF

2014

SILVA-Eliete

Pressão Antrópica Sobre o Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho em Planaltina – DF. / Eliete da Silva. Planaltina DF - 2014.

Monografia - Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília.

Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

Orientadora: Tânia Cristina da Silva Cruz

1. Impactos socioambientais. 2. Planaltina. 3. Parque Ecológico e vivencial do Retirinho. 4. Meio Ambiente Urbano. I. SILVA, Eliete. II. Título.

ELIETE DA SILVA

**PRESSÃO ANTRÓPICA SOBRE O PARQUE ECOLÓGICO E VIVENCIAL DO
RETIRINHO EM PLANALTINA - DF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Ambiental, Faculdade UnB de Planaltina, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Tânia Cristina da Silva Cruz - UnB/FUP

Orientadora

Prof. Dr. Irineu Tamaio UnB/FUP

Examinador

Prof. Dr. Philippe Pomier Layrargues UnB/FUP

Examinador

Planaltina-DF, Dezembro de 2014

Aos meus filhos,
Charles, Cristiano e
Adriano.

AGRADECIMENTOS

Acima de todas as coisas agradeço a Deus pelo dom da vida e pelas dádivas a mim concebidas.

Especialmente agradeço minha orientadora, a professora Tânia Cruz, pelo tempo de convivência nos projetos que participei e que serviram para engrandecer ainda mais a minha experiência acadêmica, às experiências nas saídas de campo, enfim, por sua paciência e dedicação.

Agradeço a todos os professores da FUP que de alguma forma contribuíram para a minha formação no decorrer desses cinco anos em especial aos professores Irineu Tamaio e Philippe Pomier pela gentileza em atender a minha solicitação para participar da minha banca de TCC.

Às minhas queridas amigas Juliana Santana, Neide Sousa, Andreia Almeida, pelas parcerias nos trabalhos, nos estudos para as provas.

Por fim, de modo especial agradeço a minha família.

Às minhas irmãs Aurineide, Creonide, Alrenice, Aurinete, Aurenilda, e Lucineide pelo apoio, pelas orações, pelo amor e pelas palavras de incentivo, principalmente nos momentos que me encontrava mais desanimada.

Mais uma vez, minha eterna gratidão aos meus filhos Charles, Cristiano e Adriano que não existe palavras para expressar tanto amor e carinho e as minhas noras, Cícera, Joelma e Márcia.

Aos meus pais “In memoria”, Adriano Joaquim da Silva e Raulina Campos, pelo amor incondicional que tiveram por mim e pelo bem mais precioso que os pais podem deixar para seus filhos, os valores, o respeito e a simplicidade.

EPÍGRAFE

“Ainda que eu tivesse o dom da profecia, o conhecimento de todos os mistérios e de toda ciência; ainda que eu tivesse fé ao ponto de transportar montanhas, se eu não tivesse amor, eu não seria nada”.

Coríntios I, capítulo 13, versículo 2.

Bíblia Sagrada.

RESUMO

Observa-se nos dias atuais, o aumento da degradação ambiental após o crescimento e expansão das cidades brasileiras nos últimos anos, principalmente pelo fato de que as ações antrópicas modificam o meio natural numa escala de tempo acelerada de tal modo que a natureza não consegue acompanhar. Dessa forma é inevitável o surgimento dos impactos socioambientais no meio urbano. A demora do governo em atender às demandas por equipamentos e políticas públicas nas cidades periféricas da cidade influenciou para aumentar a degradação socioambiental, além de abrir precedentes que tornou principalmente os ‘vazios’ urbanos em áreas de conflitos, a exemplo de como ocorreu na formação e expansão das Regiões Administrativas do Distrito Federal. Nesse sentido, o objeto de pesquisa deste trabalho está relacionado aos conflitos socioambientais na área que abrange o Parque do Retirinho com os bairros Leste e Oeste de Planaltina DF. O trabalho tomou por objetivo principal identificar os principais impactos resultantes dessa interação e os meios afetados por elas. O estudo pretende também após a obtenção de alguns dados e informações, saber qual é o estágio de degradação que o Parque do Retirinho se encontra atualmente para sugerir medidas mitigadoras que possam contribuir de algum modo para a recuperação da área com o intuito de fornecer melhorias na qualidade de vida urbana e, ao mesmo tempo, a preservação e conservação das áreas verdes e da biodiversidade no meio citadino.

Palavras chave: Impactos socioambientais, Planaltina, Parque Ecológico, Meio Ambiente Urbano.

ABSTRACT

It is observed today, increased environmental degradation after the growth and expansion of Brazilian cities in recent years, mainly by the fact that human actions modify the natural environment in an accelerated time scale so that nature can not keep up. Thus it is inevitable the emergence of social and environmental impacts in urban areas. The delay of the government to meet demands for public policies in the peripheral equipment and the city influenced cities to increase environmental degradation, and a precedent that has mostly 'empty' urban areas in conflict, like as happened in training and expansion of administrative regions of the Distrito Federal. In this sense, the research object of this work is related to socio-environmental conflicts in the area covering the Parque do Retirinho with the East and West districts of Planaltina DF. The work took as main objective to identify the main impacts of that interaction and the means affected by them. The study also aims after obtaining some data and information, know the degradation stage the Parque do Retirinho is currently to suggest mitigation measures that can contribute in some way to the recovery of the area in order to provide improvements in quality of urban life and at the same time, the preservation and conservation of green areas and biodiversity in the city.

Keywords: Social and environmental impacts, Planaltina, Ecological Park, Urban Environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 Delimitação do Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho com a Área Urbana nos Setores Norte e Leste de Planaltina-DF.....	18
Figura 02 Mapa da Região Administrativa de Planaltina-DF.....	27
Figura 03 Caracterização da Área de Estudo.....	35
Figura 04 Área com Trilhas e Solo Exposto.....	38
Figura 05 Invasão de Braquiárias.....	38
Figura 06 Acúmulo de Entulho nas Margens do Parque Ecológico do Retirinho.....	39
Figura 07 Estrada no Interior do Parque Ecológico.....	39
Figura 08 Invasão Urbana no Interior do Parque Ecológico do Retirinho.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 Aumento Populacional Entre os Períodos De 1960 a 2013.....	28
Tabela 02 Coleta de Lixo.....	41
Tabela 03 Destino do Lixo.....	41
Tabela 04 Rede de Esgoto.....	41
Tabela 05 Abastecimento de Água e Energia Elétrica.....	41
Tabela 06 Parques Ecológicos de Planaltina DF.....	42
Tabela 07 Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho.....	42
Tabela 08 Principais Causas dos Impactos.....	43
Tabela 09 Matriz de Identificação de Impactos Ambientais.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

APA - Área de Proteção Ambiental

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

IBRAM – Instituto Brasília Ambiental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MMA – Ministério do Meio Ambiente

PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial

PEOT – Plano Estrutural de Ordenamento Territorial

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação

UC - Unidade de Conservação

UUS- Unidade de Uso Sustentável

UPI – Unidade de Uso Integral

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE ABREVIATURAS.....	12
INTRODUÇÃO.....	14
REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
CAPÍTULO I - OS PROCESSOS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO DISTRITO FEDERAL.....	20
Produção Capitalista da Cidade.....	22
A Formação da Rede Urbana do Distrito Federal.....	23
Urbanização Da Região Administrativa Planaltina.....	25
CAPÍTULO II - OS PARQUES ECOLÓGICOS E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A REDUÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO MEIO URBANO.....	28
Política Ambiental Urbana.....	28
As Unidades de Conservação do Distrito Federal.....	30
Os Parques Ecológicos (Urbanos).....	32
Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho.....	34
CAPÍTULO III - IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE INTERFACE DO PARQUE RETIRINHO COM OS BAIRROS LESTE E NORTE.....	36
Impactos Socioambientais.....	36
Meio Físico.....	36
Meio Biótico.....	36
Meio Antrópico.....	39
CAPÍTULO VI - RESULTADOS.....	40
Pesquisa de Campo.....	40
Percepção Ambiental.....	42
Indicadores.....	43
Matriz de Impacto Ambiental.....	44
Considerações Finais.....	47
Medidas Mitigadoras.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
ANEXO.....	51

INTRODUÇÃO

Historicamente, o processo de ocupação urbana na maioria das cidades brasileiras permaneceu baixo até meados do século XX. No entanto, os padrões de urbanização utilizados a partir de então, seguiu o modelo característico de países do terceiro mundo que ocorreram de forma rápida, tardia e sem planejamento, de modo que, o estado não conseguiu acompanhar a demanda gerada pela nova população principalmente no que se refere à infraestrutura e saneamento básico, acarretando sérios problemas à qualidade de vida da população e ao meio ambiente (MENDES; TAMDJIAN, 2004).

Segundo Coimbra e Tibúrcio (2004) dentre as novas tipologias espaciais do surgimento das cidades brasileiras, elas apresentam apenas duas classificações quanto a sua origem de formação planejada, a exemplo de Brasília, ou seja, construída a partir de um plano previamente elaborado, ou de forma espontâneas como surgiram à maioria das cidades brasileiras, em locais estratégicos como as rotas comerciais ou às margens de mares e rios como, por exemplo, a cidade de Planaltina DF.

De acordo com Penna (2003) o DF seguiu o padrão de urbanização utilizado em outras cidades brasileiras, considerados modelos insustentáveis onde as dimensões social, econômica e natural foram tratadas separadamente na produção do ambiente construído (cidade): produção social do espaço X natureza. Dessa diferença da escala social sobre o natural, ou seja, uma escala (sociedade) com avanço técnico, científico bem mais acelerado que os processos e dinâmicas naturais.

Sendo assim, a cidade não pode ser pensada como um sistema isolado na organização do seu espaço, pois recebe influências de um espaço maior a sua volta que constitui a sua zona de influência (COIMBRA; TIBÚRCIO, 2004). A esse respeito, Moura et. al. (2005, p. 2) ressalta:

“A cidade é o esforço materializado da apropriação e transformação da natureza pelo homem. Nas áreas urbanas o meio ambiente “natural” está cada vez mais suprimido em detrimento do desenvolvimento econômico”.

Brasília com pouco mais de cinquenta anos, embora tenha sido planejada, já acumula problemas comuns à maioria das metrópoles do país devido à estratégia política de criar núcleos urbanos fora do Plano Piloto que resultou num processo de “atração” migratório, gerando uma população não prevista inicialmente, houve então a necessidade da implantação de novos núcleos habitacionais paralelos ao projeto original

de Brasília inaugurada em 21 de abril de 1960. Porém esse processo não foi acompanhado de investimentos públicos, políticas ambientais e de saneamento básico que pudessem garantir a habitabilidade, salubridade e acessibilidade aos recursos básicos da vida urbana (PAVIANE, 2009).

Segundo Costa (2011) ao mesmo tempo em que novas cidades eram criadas no DF, a cidade de Planaltina antes pertencente ao estado de Goiás é integrada ao DF no ano de 1960 e também passa a receber contingentes populacionais oriundos da retirada de invasões e de programas de assentamento do GDF, causando um aumento considerável da sua população que foram marcadas pela relação permissiva entre o poder público e o loteador, que agravou as inadequações no uso e ocupação do solo com forte impacto ambiental e social, atualmente a cidade tem cerca de 184 mil habitantes.

Planaltina é considerada uma das regiões administrativas mais importantes do DF por estar inserida numa área muito importante do Bioma cerrado, porém, a expansão da sua área urbana tem colocado em risco o equilíbrio do meio ambiente tanto local quanto regional, diante desse contexto, os parques ecológicos (urbanos) têm sido criados com objetivo de auxiliar na minimização ou solução dos impactos sociais e ambientais gerados pelo crescimento urbano desordenado Costa (2011).

Neste sentido o presente trabalho será elaborado a partir de um estudo de caso na área do parque do Retinho com os bairros Leste e Oeste e Planaltina DF. A urbanização é considerada como sendo uma das ações antrópicas que mais causam impactos sociais e ambientais, nesse sentido a questão investigativa desse trabalho consiste em saber: Até que ponto o modelo de urbanização adotado no DF influenciou para o surgimento dos impactos socioambientais resultantes das atividades antrópicas na área de preservação ambiental Parque do Retirinho?

Nas suas observações Mello (2003) destaca que para alcançar um ambiente urbano equilibrado é preciso que haja ações preventivas na ocupação e produção dos espaços impondo limites do meio físico através de política pública e de gestão ambiental. Partindo desse contexto formulou se as seguintes questões de apoio:

- ❖ Incorporar a dimensão natural nos processos de Planejamento e gestão urbana pode ser uma forma de assegurar melhorias na qualidade de vida da população e na diminuição dos impactos ambientais?
- ❖ Qual é o papel do Estado nos processos de ocupação e formação socioespacial de Planaltina DF?

As justificativas apresentadas neste trabalho inserem em seu contexto as relevâncias social, científica e histórica que caracterizam um conjunto com os principais aspectos que representam a possibilidade do desenvolvimento e organização do cenário urbano sem comprometer os sistemas ecológicos e sociais nos quais se sustentam as comunidades.

A função social está diretamente relacionada à formação e produção do meio ambiente urbano, representados por um sistema capitalista que impõe uma segregação socioambiental expressas nas unidades de espaços diferenciados, nas formas de acesso aos equipamentos públicos e através das políticas adotadas pelo Estado que refletem a incapacidade dos investimentos públicos de acompanhar o crescimento das demandas sociais principalmente nos espaços urbanos instalados na periferia.

Os levantamentos encontrados acerca da situação dos parques criados e administrados no âmbito do Distrito Federal não possuem dados referenciais que pudesse contribuir de forma mais completa para a confecção deste trabalho. Nesse sentido, a relevância científica justifica-se por acrescentar informações relacionadas ao parque do Retirinho para que possa numa perspectiva futura contribuir de algum modo para as próximas consultas sobre o tema.

De acordo com Penna (2003) as ocupações tanto do ambiente construído quanto o natural, são intencionalmente ocupados pelo Estado ou pela sociedade que iram determinar a valorização dos espaços de acordo com a localização e os usos dado a eles. Dentro desse contexto, os ‘vazios’ urbanos se tornaram objetos de mercadoria ou de abandono.

De maneira que o estudo tomou por objetivo geral, identificar os principais impactos socioambientais resultantes do uso inadequado do solo na área que abrange o parque ecológico e Vivencial do Retirinho com os bairros Leste e Oeste de Planaltina-DF.

E com objetivos específicos: i) apresentar uma breve caracterização dos aspectos (social, histórico e econômico) mais relevantes que influenciaram para a expansão da cidade de Planaltina – DF; ii) identificar os principais indicadores ambientais e avaliar qual é a sua relação com os impactos encontrados na área de estudo; e, iii) conceituar planejamento e gestão ambiental urbana e como eles podem auxiliar para a resolução ou minimização dos impactos identificados.

A expansão do ambiente urbano concebidas por estratégias políticas e pela ausência de gestão ambiental no DF resultou num amplo processo de urbanização periférica que durante a fase de instalação e transformação dos espaços causaram o desequilíbrio do meio ambiente urbano e natural resultando em impactos socioambientais como é o caso da expansão urbana próximas ao parque ecológico e Vivencial do Retirinho, e tem por hipótese principal que a população não é diretamente responsável pelos impactos socioambientais produzidos por ela mesma.

E por hipóteses secundárias: i) a urbanização sustentável é uma opção para minimizar os impactos ambientais no meio ambiente urbano; ii) criar parques ecológicos é um meio de auxiliar na preservação e na conservação da vegetação nativa do cerrado próxima as áreas urbanas; e, iii) ao incorporar à população no processo de instalação e manejo destes locais faria com que eles agissem preventivamente para evitar a continuidade do nível de degradação ambiental e na qualidade de vida urbana.

Os procedimentos metodológicos deste trabalho foram realizados com o intuito de auxiliar da melhor maneira possível à compreensão relacionada aos conflitos socioambientais na área que abrange o Parque ecológico e Vivencial do Retirinho com os bairros Leste e Oeste de Planaltina. De acordo com Morse (1991, p. 120) a pesquisa utilizou a abordagem quali-quantitativa embasada a partir de uma triangulação sequenciada.

Num primeiro momento a pesquisa foi realizada de forma dedutiva ao utilizar informações disponíveis na literatura sobre o tema abordado neste trabalho e obtido em livros, documentos técnicos do governo (IBRAM, CODEPLAN, MMA, IBGE), trabalhos e artigos científicos, sendo esses impressos ou em meio digital.

Conforme Lakatos e Marconi (2003, p.165) a pesquisa foi elaborada a partir da coleta de dados primários de maneira descritiva como apoio e compreensão dos processos realizados nas visitas a campo, que utilizou como instrumento a máquina fotográfica para registro das áreas mais susceptíveis a ação antrópica na área pesquisada além da elaboração e aplicação de questionário para uma amostra de 30 moradores da população de Planaltina.

Na sequência foram realizados os seguintes procedimentos; para a aplicação dos questionários:

Foi utilizado o método da amostragem, por meio da qual foram escolhidas as residências de forma aleatória, sendo uma casa de cada lado da rua. Em cada residência

foi entrevistada apenas uma pessoa, sendo escolhido como respondente o responsável pelo domicílio no momento da pesquisa, com idade superior a 18 anos.

Para identificar os pontos com impactos ambientais mais significativos e às áreas mais vulneráveis à ação antrópica, foram estipuladas duas delimitações na área de estudo através da análise das imagens de satélite da RA VI-Planaltina conforme demonstrado na figura 01. A primeira área foi demarcada a partir do entorno imediato dos bairros residenciais até 300 metros de distância em direção ao interior do parque e o segundo limite foi demarcado a partir dos 300 metros até os limites físicos da área com a BR-020 e as áreas agrícolas, sendo demarcação considerada como o entorno distante da área residencial.



Figura 01 – Delimitação do parque ecológico e Vivencial do Retirinho com a área urbana nos setores Oeste e Sul de Planaltina DF. Fonte: Google Maps.

A matriz de impacto tem por objetivo fazer uma lista de controle bidimensional entre os principais aspectos desenvolvidos pelas atividades antrópicas (indústria, mineração, meio urbano, etc.) e os meios afetados por elas. Originalmente essa técnica foi proposta por Leopold et.al. (1971).

De acordo com Mota e Aquino (2002) a matriz proposta procurou através de cada ação identificar os respectivos impactos nos meios físico, biótico e antrópico para

em seguida fazer a descrição na própria matriz quanto a sua importância, magnitude e duração. Os impactos serão avaliados na matriz. Onde:

- (P) - Impacto de importância pequena
- (M) - Impacto de importância média
- (G) - Impacto de importância grande
- (1) - Impacto de magnitude não significativa
- (2) - Impacto de magnitude moderada
- (3) - Impacto de magnitude significativa
- (4) - Impacto de curta duração
- (5) - Impacto de média duração
- (6) - Impacto de longa duração

Referencial Teórico

Num primeiro momento, serão relatados os momentos históricos sociais e econômicos mais relevantes relacionados à formação social e espacial do Distrito Federal sua história de ocupação urbana descritos por Paviane (2007) divididos em três períodos de formação e expansão das cidades: fase da Implementação, consolidação e expansão até os dias atuais. Na sequência foram expostos os motivos que causou o reverso do planejamento na cidade planejada a partir dos ideais da mudança da capital do país, demonstrando porque houve o rápido crescimento populacional com a consequente necessidade da criação das Regiões Administrativas no DF que deveriam ocorrer de acordo com a legislação pertinente ao uso e ocupação do solo.

Todo o processo formação das cidades do Distrito Federal tiveram em comum a fragmentação e parcelamento do solo de acordo com os interesses que estabeleceu um conflito entre poder público que tem o interesse político em manter o controle territorial em suas mãos e o privado que aproveitou da fragilidade das normas do Estado para se impor nos processos de expansão da área urbana (PENNA, 2003).

Para o entendimento entre o meio urbano e o natural e os impactos socioambientais decorrentes dessa interação, analisamos o conceito e o uso do planejamento e gestão ambiental urbana como instrumentos de auxílio no planejamento urbano durante todo o processo de formação e/ou expansão das cidades do DF. Hoffmam et. al. (2011)

CAPÍTULO I - OS PROCESSOS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM PLANALTINA-DF

Planejamento e Produção Socioespacial da Cidade

As transformações sociais e as ocupações territoriais são fenômenos que ocorrerem de forma dinâmica e contínua, marcadas pelas formas hierárquicas e centralização de poder, ou seja, um sistema dominado por uma minoria da população que detêm a maior parte do capital produzido na cidade Souza (2005). Esse modelo de organização territorial adotado no Distrito Federal resultou num processo de formação do espaço central da cidade de forma homogênea, produziu os processos de polinucleamento urbano e o adensamento populacional nas cidades localizadas na periferia, bem como a valorização das terras situadas “dentro” das áreas de preservação nas áreas centrais.

No DF, o planejamento urbano se destacou em duas fases o primeiro descrito no PEOT/1977, instituído para resguardar o projeto original de Brasília e manter protegidas a reprodução do centro (político e administrativo do país) e realizar a produção socioespacial do seu entorno de forma homogênea que atendessem os ideais de construir uma cidade sem periferias.

No decorrer dos anos após a inauguração de Brasília, foi preciso fazer modificações no Plano Diretor de Ordenamento Territorial que, de acordo com a lei Orgânica do Distrito Federal, sujeito a revisão de quatro em quatro anos quando necessário. Esse documento foi formulado com o objetivo de propiciar desenvolvimento às funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar de sua população.

Assim o PDOT/92 definiu o macrozoneamento do território; estabeleceu a obrigatoriedade do Zoneamento Ecológico-Econômico, dos Estudos de Impacto Ambiental e dos Relatórios de Impacto Ambiental para qualquer parcelamento do solo; determinou a criação do Plano Diretor de Água e Esgotos do Distrito Federal, bem como do Plano Diretor de Transportes do Distrito Federal e confirmou as Unidades de Conservação do Distrito Federal.

Já o Plano Diretor Local (PDLs) se responsabiliza pelas Regiões Administrativas que organizam a dinâmica do espaço nas zonas de preservação ambiental, zonas de uso rural, zonas de uso urbano e zona de expansão do uso urbano. A importância do poder

público serve para inibir a expansão urbana, quanto às áreas de conservação e preservação ambiental que pressionam e elevam o preço das terras e por moradia.

O atual Plano Diretor do Distrito Federal foi sancionado em 25/4/2009, pela Lei Complementar nº 803, que aprova a revisão do PDOT, abrangendo um instrumento básico da política territorial e de orientação aos agentes públicos e privados, atuando na produção e gestão das localidades urbanas, de expansão urbana e rural do território.

No Distrito Federal, fica sobe sua responsabilidade observar os princípios da Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 182, caput), elaborar políticas de desenvolvimento urbano e rural que assegure a função social da propriedade e ao mesmo tempo melhorar a qualidade de vida da população. A Política Ambiental do Distrito Federal, Lei nº 41 / 1989, tem dentre seus objetivos, o uso dos espaços de acordo com as limitações e condições ecológicas e ambientais (Brasil, Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989).

Conforme a Lei 6766 (BRASIL, 1979), o parcelamento do solo urbano pode ser realizado através do parcelamento ou desmembramentos de áreas, sendo que, o ato de planejar deve ser mais importante que o plano. No entanto, a gestão do território no DF ocorreu de forma contrária refletida na incapacidade dos investimentos públicos de acompanhar o aumento das demandas sociais (Jacobi, 2006).

Nesse sentido, embora tardio o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho 2001, representou um marco na urbanização brasileira e reforçou a importância do Plano Diretor como instrumento de planejamento da política municipal, cujo principal desafio é ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, que dentre uma de suas diretrizes busca a garantia do direito a cidades sustentáveis.

Segundo Paviane (2009) a forma de apropriação territorial no Distrito Federal reproduziu à ocupação espacial de outras regiões do país, que foram marcadas pela polarização nos processos de uso e ocupação do solo subordinados aos interesses políticos e das classes com maior poder aquisitivo. Esse processo contribuiu para a formação de um padrão citadino com características e processos de ocupação urbana de modo insustentável que segundo Jacobi (2006, p.1) se caracterizaram:

Pelo domínio do uso de processos de expansão e ocupação dos espaços intra-urbanos onde prevalece a segregação socioespacial na qual é nítida a formação dos espaços duais, ou seja, de um lado a cidade formal, e de outro, a cidade informal que tem seus benefícios equivalentes negados, e que cresce

exponencialmente na ilegalidade urbana que a constitui, acentuando as diferenças socioambientais (JACOBI, 2006, p.1).

De acordo com (MELLO, 2003, p. 221) é necessário que alguns instrumentos de política ambiental sejam criados para atender as diferentes temáticas ambientais que surgem, dentre elas surgiram os planejamentos urbanos que tem como principal argumento controlar e organizar as áreas urbanas e estabelecer limites físicos no seu entorno e o consumo dos recursos naturais, no entanto, a falta de prioridade de caráter ambiental, deixou as leis existentes pouco efetivas.

Nelli Mello, ainda nos traz por meio dos aprendizados adquiridos com Peltre e Metzger (2003, p. 219), que o meio ambiente urbano deve ser concebido de forma integrada no espaço construído:

“O meio ambiente urbano envolve um sistema de objetos que evoluem no tempo e no espaço, de políticas de gerenciamento, de consumos e usos e de funcionamento de sistemas materiais (naturais, artificiais ou técnicos) e de noções de um espaço que é resultado de processo histórico territorial, resultantes tanto das maneiras de produzir (fabricar, tornar consumível) e de consumir (utilizar, transformar, degradar) as ‘coisas’(os recursos naturais, mas também técnicos, sociais, jurídicos e culturais).”

No entanto a criação de normas e planejamentos de forma setorializada não surtiram efeitos para minimizar os impactos urbanos/ambientais, e as possíveis soluções podem ser implementadas através da integração da inserção da população, da gestão ambiental e orçamento participativo no processo de planejamento urbanos para torna-los mais eficientes.

Produção Capitalista do Espaço

De acordo com JACOBI (2006) o padrão de urbanização no DF caracterizou-se pelo domínio do uso de processos de expansão e ocupação dos espaços intra-urbanos onde prevaleceu a segregação socioespacial na qual é nítida a formação dos espaços duais, ou seja, de um lado a cidade formal, e de outro, a cidade informal que tem seus benefícios equivalentes negados, e que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana que a constitui, acentuando as diferenças socioambientais. A permanência desse padrão de urbanização aponta para a incapacidade recorrente do Estado em controlar e fiscalizar o uso e a ocupação do solo e atuar como controlador, financiador ou provedor de moradia para as populações com menos recursos.

Formou-se então, uma intrincada rede de relações e disputas entre os vários atores envolvidos no uso e ocupação territorial, seja na gestão dos solos ou na utilização dos recursos naturais, que acabam se tornando questões de conflitos e em muitos casos acabam por favorecer os interesses políticos e econômicos no uso da terra urbana.

De acordo com Paviane (2009) a organização do espaço do DF, esteve nas mãos do governo desde a inauguração da capital que, por anos manteve o estoque de terras como principal instrumento na organização do território, sendo que, esse era o grande trunfo dos sucessivos governadores do DF. No entanto, aos poucos o os estoques de terras foram se reduzidos pelos vários programas do GDF como o Proin “(visava atrair indústrias para a região)”, Prodecom (Programa de Desenvolvimento Econômico do DF), além da criação dos vários assentamentos semiurbanizados, e assim, aos poucos o patrimônio imobiliário do governo foi reduzido.

As leis de mercado submeteu às suas exigências a divisão das terras públicas e privadas, momento oportuno para apropriação ilegal de terras através da grilagem e invasões de terras públicas e particulares se beneficiando da ineficiência das políticas urbanas e dos planejamentos burocráticos realizados pelo governo. Os condomínios irregulares se proliferaram e o processo de legalização não tem conseguido alcançar consenso entre os envolvidos. Enquanto os moradores e proprietários aguardam uma posição do governo continuam a construir edificações sem nenhuma orientação técnica ou planejamento, por vezes próximas a áreas de risco e de preservação ambiental configurando num desenvolvimento humano ineficaz e na insustentabilidade social e ambiental (PENNA, 2003 p.61).

A ocupação desses espaços ao ultrapassarem as barreiras dos limites físico e social da cidade, criou áreas de expansão urbana de forma desordenada exercendo pressão sobre os ecossistemas e causam degradação dos recursos naturais e influenciam negativamente na qualidade de vida das pessoas.

A Formação da Rede Urbana do Distrito Federal

No projeto inicial de Lúcio Costa, previa-se que Brasília deveria abrigar cerca de 500 mil habitantes até o ano 2000 e a ocupação das cidades no seu entorno deveriam ocorrer somente 20 anos após a sua inauguração de forma gradual e somente quando a parte central atingisse o seu limite. No entanto, o próprio governo deu início à formação de novas cidades no decorrer dos anos subsequentes à inauguração de Brasília

desencadeando uma urbanização intensa e sem planejamento no Distrito Federal (COSTA, 2011).

A urbanização do DF teve início após a instalação dos primeiros canteiros de obras, com a Vila Planalto, Cidade Livre, Candangolândia, Metropolitana e outros acampamentos. As correntes migratórias impulsionadas pela demanda de operários para a construção civil intensificou de forma gradativa o crescimento populacional no DF. Até um ano antes da inauguração de Brasília, havia pouco mais de 64 mil habitantes, em 21 de abril de 1960 a população já era estimada em cerca de 141. 742 habitantes Paviani (2007) destacou a expansão do Distrito Federal em três períodos: – de 1956 a 1973, essa fase foi marcada pelo início da construção de Brasília e transferência de funcionários e órgãos administrativos.

Nesse mesmo período teve início ao processo de adensamento populacional no DF com a estratégia do governo em abrigar os operários que trabalhavam nas obras e suas famílias que moravam em acampamentos e ocupações irregulares. Foram criadas as primeiras cidades como o Núcleo Bandeirante, Gama e sobradinho, desencadeando um intenso processo de crescimento demográfico, essa foi à primeira ação do estado no processo de segregação e de expulsão socioespacial.

No período de 1974 a início dos anos 1990 – foi marcado por uma das poucas tentativas do governo de limitar o crescimento de Brasília através de sua política urbana, deu início as restrições do adensamento populacional com a criação do Plano estrutural de Organização Territorial (PEOT/DF, 1977).

No entanto, passado uns dez anos o governo realizou algumas ações para a consolidação da região central de Brasília, com as primeiras atividades imobiliárias que intensificou o comércio de terras para a construção de mansões no Lago Sul e Norte, blocos residenciais, hotéis, em contraste com a criação de cidades semi-urbanizadas como Samambaia, Riacho Fundo II dentre outras, e desse modo, foram surgindo as Regiões Administrativas existentes hoje no DF, ou seja, as ocupações do território aconteciam de acordo com a circunstância demanda/oferta habitacional.

Nos dias atuais, algumas Regiões Administrativas, principalmente as mais recentes Riacho Fundo 1 e 2, Recanto das Emas, Santa Maria que surgiram em parte da distribuição de lotes pelo governo mas também de parcelamentos irregulares em Áreas de Proteção ambiental (APAs) como em terrenos públicos ou privados que alheio as normas vigentes, formaram condomínios, tanto da classe média / alta, a exemplo da cidade de Vicente Pires.

De acordo com censo do IBGE realizado no ano de 1970 registrou 516.896 habitantes no DF, em apenas dez anos, em 1980, esse número já ultrapassava a casa de um milhão de habitantes: 1.138.835. No censo de 1991, a população urbana era de 1.515.889 e, em 2.000, Brasília ultrapassou a casa dos dois milhões de habitantes, distribuídos em 19 Regiões Administrativas. No último censo realizado em 2010, o número de habitantes do Distrito Federal foi de 2.560.160, distribuídos em 31 regiões administrativas.

O aumento significativo da população num curto espaço de tempo vem causando transformações na paisagem natural do DF, devido principalmente ao rápido processo de ocupação do solo e a consolidação de assentamentos urbanos em áreas destinadas inicialmente a proteção ambiental e ao uso agrícola, quadro agravado pelo fato dessa última apresentar forte tendência de ser adensada e parcelada configurando - se em novas ocupações urbanas (ZEE).

Urbanização e Ocupação dos Espaços na Região Administrativa de Planaltina DF

Apesar da cidade de Planaltina ser considerada uma das Regiões Administrativas mais importantes do Distrito Federal por abrigar importantes áreas de interesse ambiental, a expansão da sua área urbana seguiu as mesmas proporções de outras Regiões Administrativas que foram marcadas pela relação permissiva entre o poder público e o loteador, que agravou as inadequações no uso e ocupação do solo com forte impacto ambiental e social.

Segundo (COSTA, 2011) o processo de ocupação urbana de Planaltina – DF teve suas origens fundamentadas desde o ano de 1859 e ocorreu de maneira espontânea, a partir de um pequeno município pertencente ao Estado de Goiás denominado Mestre D`Armas.

Incorporada ao DF no ano de 1960, foi denominada Região Administrativa VI em 10 de dezembro de 1964, através da Lei n°. 4.545. No período anterior a construção da capital, suas funções eram caracterizadas pela vivência de tempos lentos e a economia local girava em torno da produção agropecuária. Ganhou grande destaque nacional na época das expedições exploratórias para a escolha da área onde seria construída a futura capital do país.

Até o ano de 1957, a população de Planaltina era estimada em pouco mais de 15 mil habitantes, período que começou a passar por grandes transformações na sua estrutura urbana/rural logo após o início das obras da nova capital. Nessa época a cidade

já começou a apresentar um crescimento populacional com o surgimento dos novos loteamentos criados pelo governo para abrigar as pessoas que não podiam se fixar no Plano Piloto (operários que trabalhavam nas obras e suas famílias).

De acordo com (COSTA, 2011) a expansão da cidade foi inevitável e ocorreu de maneira um tanto complexa devido ao fato da região não estar preparada para receber tantas pessoas ao mesmo tempo. Com o intuito de ordenar as diversas alterações ocasionadas na cidade foi elaborado o primeiro projeto urbanístico para incluir à cidade tradicional os novos bairros, Setor Leste (Vila Buritis) e a já existente Vila de Vicentina.

Desse período em diante, as alterações urbanísticas se tornaram periódicas para adequar a cidade ao crescimento populacional acelerado com a formação de novos bairros que foram formados a partir de um contingente populacional oriundo de invasões que deram origem aos novos bairros com a Vila Buritis II e Setor Residencial Norte A (Jardim Roriz). Nos anos seguintes a cidade foi marcada pelo descontrole na ocupação territorial (PDAD, 2011, p. 13).

O surgimento de novos bairros ou assentamento em Planaltina refletiram de forma negativa na qualidade ambiental e na qualidade de vida dos moradores, os fatores destacados acima, somados à concentração e à desigualdade social, provocaram entre outras consequências, a ineficiência ou ausência na oferta de infraestrutura e serviços urbanos adequados, como também a degradação ambiental (MOURA et. al, 2005).

De acordo com as informações coletadas na Pesquisa distrital por Amostras de Domicílios (PDAD), a população de Planaltina DF, esta estimada em cerca de 180 mil habitantes assim distribuídas:

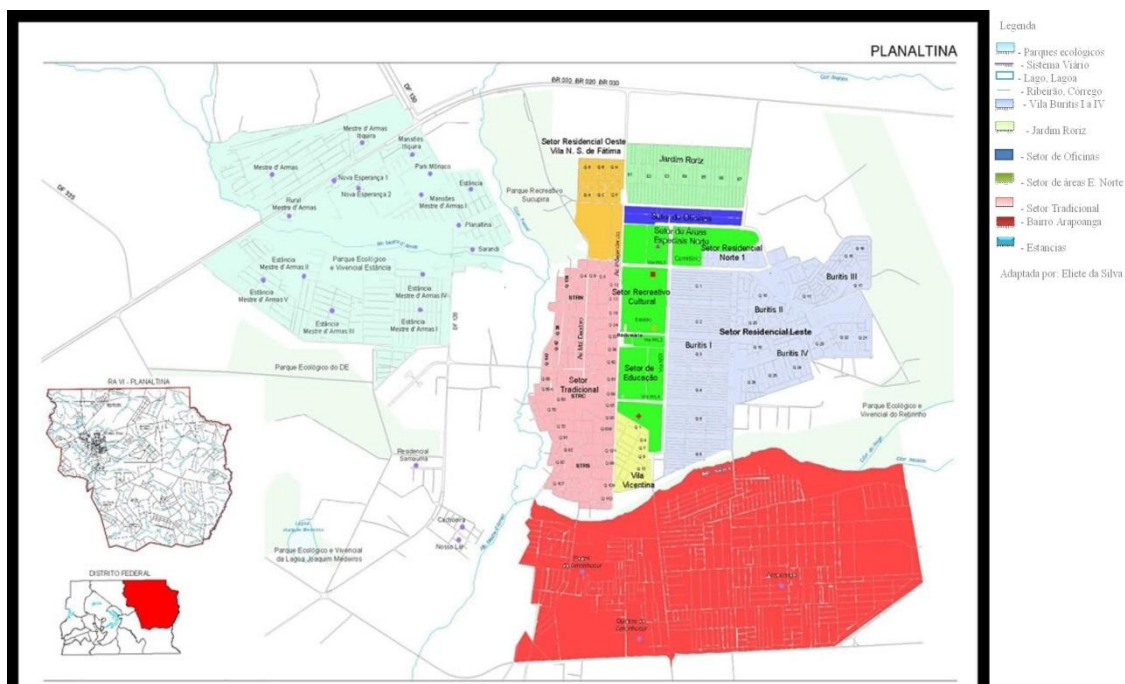


Figura 02: Mapa da Região Administrativa de Planaltina DF - Fonte: CODEPLAN 2013

Setor Tradicional (Setor Residencial Tradicional Central, Norte, Sul e Leste, que inclui a Vila Buritis I, II, III, IV); Setor Residencial Norte, mais conhecido como Jardim Roriz; Setor Residencial Oeste ou Vila Nossa Senhora de Fátima; Vila Vicentina; estâncias (EMD I, II, III, IV, V) e condomínios; Arapoanga; Vale do Amanhecer; além da Área Central, que abrange os setores Educacional, Hospitalar, Recreativo e Cultural, de Áreas Especiais Norte, de Oficinas; e as áreas rurais, que compõem a maior parte da área de Planaltina, como Rio Preto (70 km do Plano Piloto), Taquara (60 km do Plano Piloto, acesso BR-020 e DF-230), Tabatinga (35 a 65 km do Plano Piloto) e Pípiripau, com acesso pela BR-020 (CODEPLAN, 2013).

Os dados da tabela 01 demonstram o quanto à população de Planaltina aumentou consideravelmente em pouco mais de 50 anos. O processo de expansão da cidade ocorreu principalmente pela transferência de invasões retiradas do Plano Piloto, mas nos últimos anos, o aumento da densidade demográfica se caracterizou principalmente pelos parcelamentos privados, marcados pela fragmentação de terrenos em lotes cada vez menores e com forte tendência de ocupação em áreas de proteção ambiental.

Tabela: 01- Aumento populacional da população de Planaltina DF entre os períodos de 1960 a 2013.

Ano	Nº de habitantes
1960	2.917
1970	19.348
1980	47.364
1995	101.080
2000	147.114
2004	141.097
2011	161.812
2013	181. 848

Fonte: CODEPLAN 2013. IBGE. Censos Demográficos-1960, 1970, 1980, 1995 e 2000.

SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD-2004/2011.

CAPÍTULO II - OS PARQUES ECOLÓGICOS E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A REDUÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO MEIO URBANO.

Política Ambiental Urbana

O crescimento desordenado do DF tem causado a degradação do meio ambiente e a deterioração da qualidade de vida dos seus habitantes. Sendo que, esse processo se torna um problema ainda maior nas cidades periféricas de Brasília, como em Planaltina. Assim, a pressão que ocorre nas cidades desde o surgimento da capital sobre o ambiente natural ou sobre os espaços livres se configuram como espaços de conflitos perante os interesses políticos e econômicos, pois outros usos parecem serem mais lucrativos e importantes no ordenamento urbano do DF.

Na formulação dos planos diretores há definições de alternativas de usos para compor o mosaico urbano. Mas essas decisões são sempre políticas, permeadas de interesses. As considerações técnicas podem até ser apreciadas, muitas vezes, mas apenas para justificar os ideais. Nessa fase, os espaços verdes devem ser obrigatoriamente demarcados nos Planos Diretores, face às exigências da legislação vigente.

O governo local é quem deve manter as áreas no perímetro urbano, onde estão localizadas áreas de nascentes e com interesse ambiental para lazer ou conservação que,

no plano diretor, são definidas: pelo Código Florestal (Lei nº 4.771/65, artigo 2º) que determina a criação de áreas de proteção permanente em áreas de nascentes em perímetros urbanos; pela lei que cria normas de parcelamento do solo urbano (Lei nº 6.766/79, artigos 2º e 3º) e determina a reserva 30% do espaço urbano a áreas verdes; e, por fim, pelo Estatuto das Cidades (Lei nº 10.254/01, artigos 2º, 26 e 39).

De acordo com Mello (2003) o meio ambiente urbano ainda é um tema cercado de conceitos e para compreendê-los é preciso ter uma visão integrada entre o presente e o futuro nos processos de gestão das cidades, que envolve tratar o meio ambiente urbano como um ‘bem’, ao quais todos os cidadãos teriam direito, denominado “bem comum” Mello, apud, Peltre e Metzger (1994).

Alguns mecanismos instituídos nas políticas públicas, só foram criados após a ocorrência de algum impacto. As resoluções do (CONAMA), por exemplo, foram criadas com o objetivo de reduzir a poluição, definindo o limite máximo de emissão de acordo com os padrões ambientais que tratam do uso da terra, da água, do ar. No entanto, o poder do estado é restrito e na maioria das vezes não há prioridade de caráter ambiental na legislação que atenda os interesses da população (MELLO, 200).

O que dificultam o cumprimento da legislação de forma integral é o fato das políticas ambientais serem tratadas de forma compartimentadas e o objetivo de direcionar a proteção ao meio ambiente de maneira integral se torna frágil.

A Política Ambiental do Distrito Federal através da (Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989), em seu artigo 6º, inciso VI dispõe que o DF deve:

Identificar, criar e administrar unidades de conservação e outras áreas protegidas para a proteção de mananciais ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens e interesses ecológicos, estabelecendo normas a serem observadas nestas áreas (Brasil, Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989).

As discussões relacionadas às questões voltadas para o ambiente urbano favoreceram a reflexão referente às consequências da substituição da cobertura natural

por áreas construídas pelos diferentes tipos de usos, entre eles habitacionais, comerciais, industriais, recreativos dentre outros Londe e Mendes (2014).

As Unidades de Conservação do Distrito Federal

O Distrito Federal encontra-se localizado na porção central do Bioma Cerrado, considerado o segundo maior Bioma do país, ocupa uma área com aproximadamente dois milhões de Km² que correspondem a 22% do território nacional. Situado numa região considerada o berço das águas com dispersores que fluem para quatro importantes bacias hidrográficas do país: Prata, Araguaia, Tocantins e São Francisco, o cerrado se caracteriza também, de um lado, pela diversidade ecológica, e de outro lado pela beleza cênica e pela sua vulnerabilidade ambiental (MOYSÉS; SILVA, 2008).

O processo de expansão e crescimento urbano modificou grande parte da vegetação natural do cerrado e reduziu drasticamente as áreas de interesse ecológico principalmente no entorno das cidades do DF. Devido a esse aumento da pressão urbana sobre o meio natural associado à ausência de equipamentos públicos (saneamento básico), os impactos ambientais e sociais se tornaram um problema cada vez mais difícil de serem revertidos Lopes (2009, p. 30).

De acordo com os dados do Ministério do meio Ambiente o desmatamento no acumulado no DF já abrange uma área com cerca de 4,048 Km², 68% da vegetação nativa do cerrado que havia antes da ocupação urbana.

Nesse sentido, foram criadas no Distrito Federal, áreas destinadas à manutenção e proteção dos recursos naturais e ecossistemas. Essas áreas foram divididas em várias modalidades de Unidades de Conservação adequadas às necessidades de cada parte do território do Distrito Federal, como por exemplo, as Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), as estações ecológicas, as Áreas de relevante interesse ecológico (ARIE), os parques ecológicos, dentre outros (CASTRO, 2009).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) define Unidade de Conservação (UC), em sentido amplo, como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC).

O Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) responsável pela administração dos parques urbanos, boa parte do território do DF está resguardado de alguma forma em áreas de proteção ambiental assim definida pelo SNUC:- as UCs no Brasil são divididas em dois grupos: as Unidades de Proteção Integral (UPI), que tem por objetivo “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei”, e as Unidades de Uso sustentável (UUS), que objetivam “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”.

Diferentemente dos Parques Nacionais e de outras categorias de UC, os parques Ecológicos e de uso múltiplo não foram incluídas nominalmente no SNUC, para que isso ocorra seria necessário que o GDF tomasse a iniciativa para incluir os parques urbanos no SNUC reavaliando a Lei Complementar nº 265/1999. Mesmo assim, os parques urbanos são muito importantes para a conservação ambiental local e estabelece possibilidades de maior uso desde que obedeça à capacidade de suporte do meio (CASTRO, 2009, P. 50).

As UCs do DF foram criadas de forma específica, mas seguindo as orientações da lei orgânica do DF, que dispõe sobre diretrizes de política ambiental e de recursos hídricos, destacadas no artigo 295 que diz:

As unidades de conservação, os parques, as praças, o conjunto urbanístico de Brasília, objeto de tombamento e Patrimônio Cultural da Humanidade, bem como os demais bens imóveis de valor cultural, são espaços territoriais especialmente protegidos e sua utilização far-se-á na forma da lei (Brasil, artigo 295 - Lei Orgânica do DF).

De acordo com (PENNA, 2003, p.58) mesmo diante de tantos benefícios que a maioria dos usos da ocupação territorial proporciona para a população, os espaços verdes não têm sido tratados como aspectos importantes nos planejamentos urbanos, pois diante da extensão dos interesses capitalistas na apropriação do território, até mesmo os ambientes naturais estão sendo valorados e representam apenas mais uma área a ser parcelada e urbanizada. Segundo o mesmo autor, a intensificação da ocupação do solo de maneira contínua e desordenada no DF, tornou as poucas áreas verdes que ainda restam na cidade, em refúgios cravados no meio urbano ou no seu entorno, em ilhas isoladas em meio à expansão urbana.

Os Parques Ecológicos (Urbanos)

Os parques urbanos foram durante certo período histórico e cultural da humanidade, espaços construídos com diversas funções e usos, dentre elas, estava a de atender os anseios de uma elite econômica e social como a prática de lazer e esportes, enquanto que, os parques (enquanto categoria de unidade de conservação) têm, em geral, como objetivo principal a preservação dos recursos naturais e, em especial, a biodiversidade *in situ*. (LOBODA; ANGELIS, 2005).

No entanto, foi a partir da segunda metade do século XIX, que esses espaços se tornaram mais necessários, uma vez que a cidade se tornou lugar de vida social intensa, passaram a ser reconhecidos então como áreas de extrema importância para a manutenção da qualidade de vida no meio urbano e de preservação e manutenção dos recursos naturais dentro do processo de gestão das cidades.

De acordo com Brito et. al. (2008) oficialmente a maioria dos parques do Distrito Federal existem apenas no papel, são representados apenas virtualmente em mapas oficiais e por não serem implementados, não possuem plano de manejo. Na prática esses espaços não passam de vazios urbanos que aparentemente não tem ‘dono’ se tornam um convite propício para os invasores.

Um dos principais objetivos que levou a criação dos Parques Ecológicos ou de Uso Múltiplo - UC no DF foi um meio de tentar controlar o crescimento e o avanço da urbanização sobre as áreas naturais e conter as invasões nesses espaços. Atualmente existe 73 parque ecológicos e de uso múltiplo no Distrito Federal que protegem cerca de 8.978 hectares, ou seja, 1,5% do território do DF. Porém, a maioria desses ainda não foram totalmente implantados e nem possuem equipamentos que proporcionem opções de lazer ou visitação para os moradores, na maioria dos casos, em meio ao mosaico urbano, os parques não são percebidos pelos atores urbanos como um uso prioritário (IBRAM, 2012).

Os Parques Ecológicos do DF foram definidos através da Lei Complementar 265, de 14 de Dezembro de 1999, que prevê duas categorias de parques: os ecológicos e os de uso múltiplo.

Os parques ecológicos devem abranger, pelo menos, trinta por cento da área com cobertura vegetal nativa e têm como objetivos: (Brasil, Lei Complementar nº 265 de 14 de dezembro de 1999 – DODF).

- ❖ Conservar amostras dos ecossistemas naturais;

- ❖ Proteger paisagens naturais de beleza cênica notável, bem como atributos excepcionais de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica e histórica;
- ❖ Proteger e recuperar recursos hídricos, edáficos e genéticos;
- ❖ Recuperar áreas degradadas e promover a recomposição da área com espécies nativas;
- ❖ Incentivar o desenvolvimento de atividades de pesquisa estudos e monitoramento ambiental;
- ❖ Estimular o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de lazer em contato harmônico com a natureza.

No caso dos parques de uso múltiplo, estes devem estar situados dentro do perímetro urbano ou imediato a ele, acessível às pessoas, cobertas por vegetação predominantemente, seja ela nativa ou exótica e visam a:

- ❖ Conservar áreas verdes de grande beleza cênica;
- ❖ Recuperar áreas degradadas e promover a recomposição de espécies nativas;
- ❖ Estimular a educação ambiental e as atividades de lazer em contato harmônico com a natureza.

Segundo o (IBRAM, 2012) dos setenta e três parques que existem no DF, apenas onze foram implementados e possuem infraestrutura que oferecem condições de uso para a população, sendo que, a maioria dos parques estão abandonados sem placas indicativas, sem proteção do Estado, nem a própria população os reconhece.

Os parques do DF possuem diversas nomenclaturas (Parque de Uso Múltiplo, Parque Ecológico e Vivencial, Parque Metropolitano, dentre outros) para definir o uso de cada unidade de conservação, no entanto, não seguem um padrão definido, o seja, o uso a ser feito a partir do nome que cada um recebe. “Existem apenas dois tipos de parque: a não ser o ecológico e o ecológico de uso múltiplo. O primeiro tem um apelo ambiental muito forte e deve ser usado basicamente para pesquisa e educação ambiental. O segundo visa tanto ser usado para preservação quanto para o uso da comunidade”, explica o secretário de Parques e Unidades de Conservação, Ênio Dutra.

Para a promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do DF (Prodema) Kátia Lemos, cabe a administração pública além de criar os parques elaborar o plano de manejo e sugeriu a criação de conselhos gestores com a participação de representantes da comunidade local para definir como deve ser usado e preservado o espaço. “O papel das associações é fundamental, mas não exclui a participação do Estado”, adianta. Segundo ela, o Ministério Público já enviou uma recomendação

alertando para a urgência de se providenciar o conselho e acertar o zoneamento dos parques. “Criar parque é positivo, mas a administração é omissa na hora de definir a utilização e estruturação do espaço” (SERGIO, 2011).

As características dos parques ecológicos do DF, além da preservação ambiental *stricto sensu*, também são espaços voltados para o lazer, prática de esporte e ‘contato’ com o verde. Mas, apesar dos os benefícios que os parques podem proporcionar, incluindo a valorização econômica dos imóveis próximos a este, o Estado não os considera como prioridade, a não ser quando, ‘criar’ parques signifique para os políticos projeção e visibilidade política e vantagem econômica. (Brito et. al, 2008).

Em vista que os problemas ambientais vêm se avolumando a reabilitação dessas áreas tendem a ser cada vez mais difícil, o aspecto ambiental passou a ter uma maior importância nos processos de gestão da cidade, e os parques ecológicos públicos passaram a exercer papel relevante na organização do espaço e na configuração da paisagem urbana (LOBODA; ANGELIS, 2005).

Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho

O Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho foi criado para que medidas de proteção à área de sua abrangência pudessem minimizar os impactos ambientais e as consequências das atividades antrópicas provenientes da urbanização que comprometem a capacidade natural, regenerativa e autossustentável do seu ecossistema.

Segundo Loboda e Angelis (2005) essas áreas contribuem de maneira significativa para a manutenção e preservação do meio natural e possam minimizar os impactos negativos que a urbanização exerce sobre a população. Os parques ecológicos constituem áreas, onde predominam a vegetação arbórea, que proporcionam inúmeros benefícios para a melhoria da qualidade ambiental no espaço urbano, tais como conforto térmico, estabilização de superfícies por meio da fixação do solo pelas raízes das plantas, atenuação da poluição do ar, sonora e visual e abrigo para fauna. Além disso, são fundamentais no meio urbano, que atua como indicador de qualidade de vida, por estarem intimamente ligadas ao lazer e recreação da população.

Criado pela Lei nº 2.355, de 26 de abril de 1999, o Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho possui uma área de 663,6459 hectares, com um perímetro de 22.529 metros, esta localizado na fazenda Mestre D’Armas, à margem direita do córrego do Atoleiro (Projeto Mapear).

Art. 1º - Fica criado o Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho, em área localizada na fazenda Mestre D'Armas, à margem direita do córrego Atoleiro, na Região Administrativa de Planaltina - RA VI.

Art. 2º - São objetivos principais do Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho:

I - viabilizar as medidas de proteção à área de sua abrangência;

II - propiciar condições para que a população possa usufruir do local, em consonância com a preservação ambiental;

III - desenvolver pesquisas e estudos sobre o ecossistema local e atividades de educação ambiental;

IV - desenvolver programas de recuperação das áreas degradadas;

V - promover o desenvolvimento e a valorização do ecoturismo, desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre o ecossistema local e atividades de educação ambiental; desenvolvimento de programas de recuperação das áreas degradadas; promoção do desenvolvimento e valorização do ecoturismo.

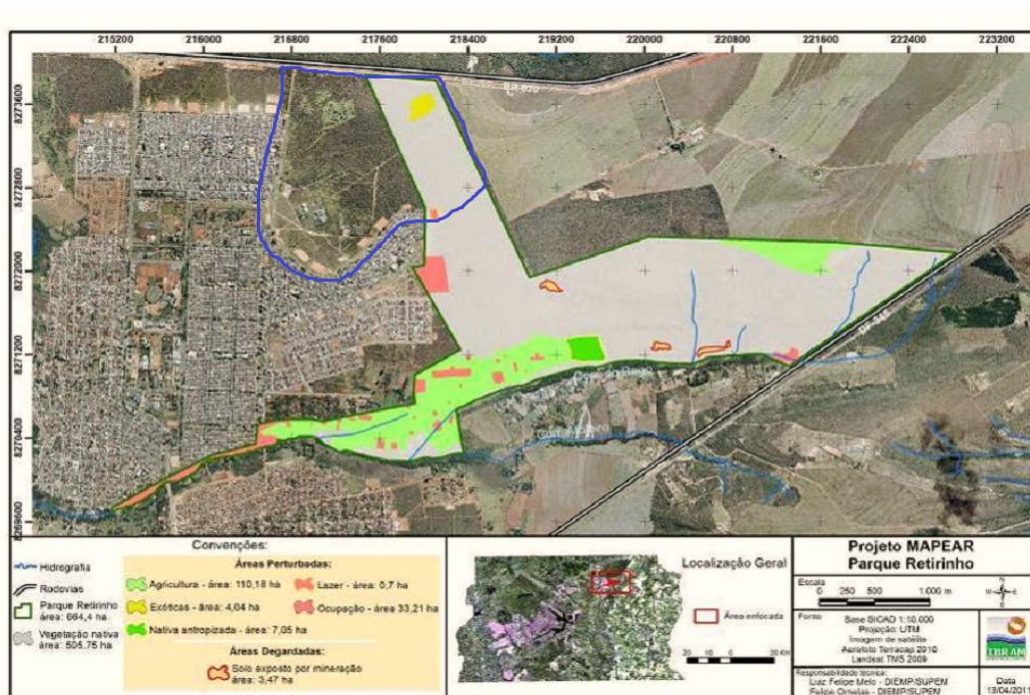


Figura 03: Caracterização da área de estudo - Fonte: Projeto Mapear; (IBRAM 2012)

A área de estudo abrange a área do Parque do Retirinho localizada no seu limite com a BR-020, com os setores residenciais Norte/A, e Leste 1, 2 e 3, estando estes bairros muito próximos a áreas de preservação ambiental, os impactos aos recursos naturais e na qualidade de vida da população se tornam inevitáveis.

Dentre os nove parques existentes em Planaltina, o Retirinho é o que mais sofre com invasões de chacareiros em Planaltina, apresenta aproximadamente 300 propriedades particulares construídas irregularmente, além da degradação causada pelas propriedades rurais, outro fator agravante é a proximidade do parque com a cidade, no entanto, o maior problema é a falta de atenção do Estado. São áreas ecológicas, com vegetação nativa do Cerrado degradadas que talvez, mesmo com sua recuperação e revitalização ambiental, demoraria anos e anos para voltar a ser como antes.

A falta de consciência ecológica da população está causando prejuízos irreparáveis ao seu ecossistema. Inicialmente, o parque apresentava bom estado de conservação ambiental em toda a sua poligonal. Hoje, o cenário apresentado é bem diferente. O órgão responsável pela manutenção e preservação dos parque é o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM). Segundo o mesmo o órgão promove, em parceria com a Administração Regional e o Serviço de Limpeza Urbana (SLU), ações de manutenção no Parque, tais como limpeza e construção de aceiros para a prevenção de incêndios florestais.

CAPÍTULO III - IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DAS ATIVIDADES ANTRÓPICAS NO PARQUE RETIRINHO

Impactos Socioambientais

De acordo com a Resolução CONAMA n. 001 de 23 de Janeiro de 1986 o impacto ambiental é ocasionado por confrontos diretos ou indiretos entre o homem e a natureza. Exemplos bem conhecidos de impacto ambiental são os desmatamentos, as queimadas, a poluição das águas, o buraco na camada de ozônio, entre outros. A definição de Impacto Ambiental está associada à alteração ou efeito ambiental considerado significativo por meio da avaliação de uma atividade antrópica, podendo ser negativo ou positivo.

A falta de comprometimento ambiental do Estado no meio urbano e o aumento da população nas proximidades do parque vêm ao longo dos últimos trinta anos, causando alterações no equilíbrio do ecossistema e na biodiversidade do bioma Cerrado que mais frágil tornou-se susceptível aos impactos socioambientais decorrentes das atividades antrópicas, que foram identificados na região do Parque do Retirinho e classificados de acordo com os meios Físico, biótico e antrópico.

Meio Físico

A retirada da vegetação nativa associada à impermeabilização do solo nas cidades traz problemas não só relacionados à degradação ambiental, também interferem negativamente no micro clima urbano, no conforto térmico e na diminuição da absorção de partículas em suspensão no ar, considerado um indicador importante para a qualidade ambiental e de vida da população urbana.

Meio Biótico

De acordo com Wightman; Castro (2009) Parque ecológico e Vivencial do Retirinho é classificado como zona de amortecimento da Estação Ecológica de Águas Emendadas e tem como uma de suas funções minimizar os impactos dessa Unidade, no entanto, está acontecendo o contrário devido ao fato do parque estar muito próximo à área urbana.

A maior consequência da ocupação humana no entorno das unidades de conservação é que elas estão cada vez mais isoladas uma das outras, formando fragmentos de vegetação natural, que sem conexão com outras áreas do cerrado, comprometem o fluxo de material genético e provoca a redução da biodiversidade.

Devido à sua localização, extensão e distribuição, o acesso ao parque é facilitado pela existência de diversas trilhas e estradas na sua área interna que servem de ligação (atalho) entre um bairro e outro. Essa situação tem causado muitas dificuldades para a preservação e a conservação da área, retratado nas condições degradantes que o parque se encontra atualmente.

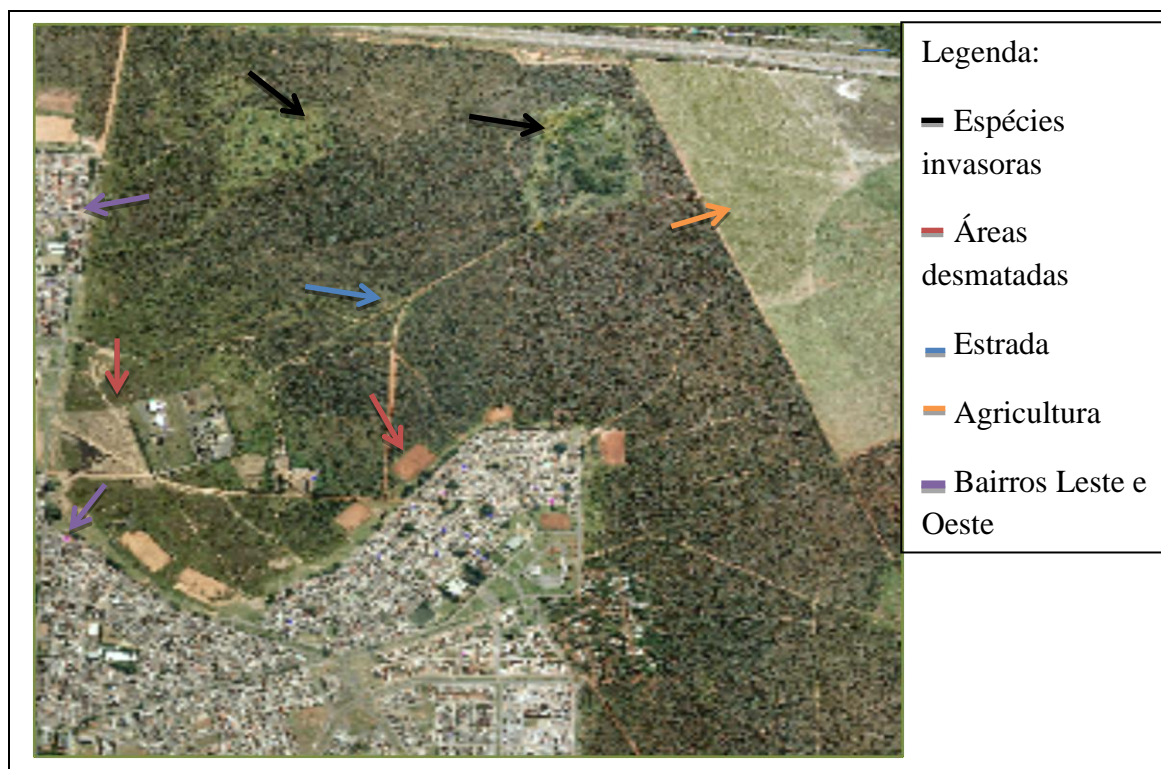


Figura 04-Fonte: <http://ortofoto.mapa.codeplan.df.gov.br/demo/tms>

Em vários pontos do parque também foi constatada a existência de áreas pontuais desmatadas, algumas ocupadas por espécies exóticas e outras áreas o solo esta totalmente exposto sem nenhum tipo de vegetação a exemplo da imagem da figura 04.



Figura 05- Invasão de braquiárias-Fonte: Eliete da Silva

Meio Antrópico

Dentre as situações observadas na área de estudo, foram registrado vários pontos de depósitos irregulares de entulho e de lixo doméstico, o acúmulo desses resíduos são mais evidentes, nas bordas da área e nas margens das estradas, no entanto, é comum encontrar alguns desses depósitos irregulares no interior do parque.

O acúmulo de entulho, além da poluição visual causa uma série de danos tanto para o meio ambiente como para a população, sendo que no ambiente natural os danos podem ser irreversíveis. Os impactos mais significativos que podem ocorrer por consequência do acúmulo de entulho é a contaminação do solo e do lençol freático e os que ocorrem com frequência é a morte de animais silvestres por ingestão de lixo ou material tóxico e as queimadas.



Figuras 06 e 07- Acúmulo de entulho as margens do parque ecológico do Retirinho e estrada aberta no interior do mesmo-Fonte: Eliete da Silva.

Outra situação observada é a presença de parcelamento irregular do solo para uso urbano nas proximidades onde se encontra instalada a unidade da CAESB, na área é possível perceber a existência de um pequeno núcleo urbano formado por barracos, o registro do local foi obtido através da imagem de satélite, já que não foi possível se aproximar da invasão por questões de segurança.



Figura 08- Invasão dentro do parque ecológico do Retirinho-Fonte:

<http://ortofoto.mapa.codeplan.df.gov.br/demo/tms>

CAPÍTULO VI - RESULTADOS

Com base nos estudos e nos dados primários e secundários obtidos no decorrer da pesquisa, os resultados dessa pesquisa foi dividido em duas partes e com o uso de dois instrumentos descritos a seguir:

O primeiro instrumento utilizado foi o questionário aplicado a uma parcela da população de Planaltina.

O segundo instrumento utilizado foi a matriz de impacto ambiental por abranger um conjunto de informações resultantes das pesquisas de campo, sendo que ambos os instrumentos correspondem à área pesquisada com o intuito de encontrar os resultados correspondentes aos objetivos e as hipóteses propostas inicialmente neste trabalho.

Pesquisa de Campo

O conjunto de instalações de saneamentos básico como rede de esgoto, abastecimento de água, energia elétrica são garantias de bem - estar para a população de uma cidade. É através de estudos e pesquisas que essas instalações são medidas para definir os indicadores necessários para à análise onde será definido o quanto uma cidade esta sendo atendida em suas necessidades básicas.

Tabela 02: Coleta de lixo

Tem coleta de lixo	Quantidade	Porcentagem (%)
Todos os dias	24	80%
Dia sim, dia não.	3	10%
Sim, mas não sabe a frequência.	3	10%
Total	30	100%

Tabela 03: Destino do lixo

Sabe o destino do lixo	Quantidade	Porcentagem (%)
Não soube responder	10	33,33%
Lixão	19	63,33%
No cerrado	1	3,33%
Total	30	100%

Tabela 04: Rede de Esgoto

Tem rede de esgoto	Quantidade	Porcentagem (%)
Sim	28	93,33%
Não	2	6,67%
Total	30	100%

Tabela 05: Abastecimento de água e energia elétrica

Tem abastecimento de água e energia elétrica.	Quantidade	Porcentagem (%)
Sim	30	100%
Não		
Total	30	100%

Fonte: dados da pesquisa

Os resultados apresentados nas tabelas correspondem à área de pesquisa, porém, comparados aos dados da pesquisa (CODEPLAN 2013), não há diferenças, com

exceção de alguns loteamentos que surgiram recentemente, no geral a cidade apresenta quase cem por cento nos serviços de saneamento básico e infraestrutura.

Nesse sentido, de acordo com os dados demonstrados nas tabelas de 2 a 5, que a cidade de Planaltina DF, apresenta índices satisfatórios em relação ao atendimento de serviços públicos necessários as boas condições de habitabilidade para uma população.

Percepção Ambiental

As maneiras que as pessoas julgam ou qualificam o meio ao seu redor sobre diferentes pontos de vista de cada um. Na maioria das vezes, os parques ecológicos são criados, mas sem perspectivas de serem implementados devido ao fato de não serem percebidos pelos atores urbanos como um uso prioritário. Isso por que o espaço urbano, recurso cada vez mais escasso, se tornou um campo de disputa entre o Estado, setor privados e a comunidade local que buscam, por meio de suas percepções, atender suas necessidades, motivações e interesses no processo de ocupação do espaço urbano.

Nesse caso, o resultado da tabela 06, apresenta a percepção que os moradores de Planaltina possuem em relação às áreas de preservação de Planaltina.

Embora a maioria das pessoas responderem conhecer os parques ecológicos de Planaltina, elas possuem uma concepção errônea das verdadeiras funções que os mesmos podem oferecer para a população.

Tabela 06: Parques Ecológicos de Planaltina DF

Conhece os Parques Ecológicos de Planaltina.	Quantidade	Porcentagem (%)
Sim	20	66,67%
Não	10	33,33%
Total	30	100%

Tabela 07: Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho

Conhece o Parque do Retirinho	Quantidade	Porcentagem (%)
Sim	5	16,67%
Não	25	83,33%
Total	30	100%

Dentre as pessoas pesquisadas apenas 16,67% afirmaram conhecer o Parque ecológico do Retirinho, e 83,33% responderam não, fato que surpreendeu, sendo que, algumas delas moram nos limites do parque com a área urbana, um dos principais motivos alegados pela população é a falta de informação e orientação por parte da administração local.

A falta de consciência ecológica da população esta relacionada diretamente com o cenário que elas convivem diariamente, sendo que, e a imagem vista da porta de casa não é a concebida por elas, mas totalmente o oposto, o que justifica as respostas da tabela 07 ter sido tão negativa, pois a realidade é que devido à falta de atenção por parte do Estado, o Parque do Retinho não tem nenhuma placa que indique que é uma área de proteção ambiental, enfim, o fato é que, a visão que as pessoas vêem todos os dias é de um terreno baldio, onde são despejados entulhos, lugar propenso a invasões, dentre outras realidades.

Tabela 08: Principais causas dos impactos

Principais causas dos impactos no parque ecológico	Quantidade	Porcentagem (%)
Proximidade com a cidade.	8	26,67%
Queimadas	4	13,33%
Entulho	11	36,67%
Não respondeu	7	23,33%
Total	30	100%

Embora todos os itens da pergunta da tabela 08 possuam grande potencial de causar impactos ambientais, o acúmulo de entulho com 36,67% das respostas, foi considerado o item que mais causa desconforto para a população, tanto no aspecto visual quanto em relação aos impactos negativos causados ao meio ambiente.

Indicadores

Segundo (Moura et. al, 2005) os indicadores são instrumentos de análise que permitem descrever os níveis de degradação do meio afetado e posteriormente fazer a previsão, o diagnóstico e o monitoramento dos impactos identificados. Para que tenham sentido, são analisados uns em relação aos outros por meio da relação de causa e efeito,

os dados dessa interação são expressos de maneira simples e objetiva, e classificados quanto a sua importância, magnitude e duração, entre outros aspectos.

Não existem indicadores universais, eles são propostos de acordo com o objetivo de cada problema ou objetivo a ser analisado.

Matriz de Impacto Ambiental

De acordo com Lollo e Ronm (2006) a matriz de impactos representa de forma simples e ágil a avaliação dos impactos identificados no meio urbano. Originalmente essa técnica foi proposta por Leopold et.al. (1971).

Nesse sentido, para que haja uma melhor compreensão dos objetivos propostos, o estudo em questão seguiu o modelo da Matriz de Impacto Ambiental por que sua metodologia pode ser adaptada aos processos de urbanização e por integrar de forma abrangente os critérios sociais, ambientais e culturais e fazer de maneira mais abrangente o cruzamento das informações, e associa-los à temporalidade do processo de ocupação e transformação territorial e fornecer o panorama dos impactos sociais e ambientais.

A proposta dessa matriz é fazer o cruzamento das causas e consequências que caracterizam os impactos, através da avaliação nos meios bióticos, físicos e antrópicos e classificados quanto a sua magnitude, abrangência e importância.

As vantagens da Matriz de Impactos proposta são:

- ❖ Relação direta de cada ação com um determinado meio e com suas características ambientais;
- ❖ Apresentação dos impactos separados por tipo de meio afetado;
- ❖ Análise descritiva dos impactos na própria Matriz, junto da identificação e avaliação, facilitando a sua compreensão.

A identificação e avaliação de cada impacto são feitas preenchendo-se as células correspondentes aos impactos, na Matriz, Onde:

(P) - Impacto de importância pequena

(M) - Impacto de importância média

(G) - Impacto de importância grande

(1) - Impacto de magnitude não significativa

(2) - Impacto de magnitude moderada

(3) - Impacto de magnitude significativa

(4) - Impacto de curta duração

(5) - Impacto de média duração

(6) - Impacto de longa duração

Tabela 09-Matriz de Identificação de Impactos Ambientais

Ambiente	Indicadores	Impactos	Importância			Magnitude			Duração		
			P	M	G	1	2	3	4	5	6
Físico	Clima	Alteração (Piora) do microclima local.		x			x			x	
	Solo (Impermeabilização do solo)	Alagamentos			x		x				x
		Diminuição da infiltração da água pluvial no solo			x		x			x	
	Ar:	Aumento de particulados (poeira)		x			x		x		
Biótico	Flora	Diminuição das espécies vegetais		x			x			x	
		fragmentação das UC			x			x			x
	Fauna	Diminuição da oferta de abrigo e alimento p/ fauna		x			x			x	
		Acesso de espécies exóticas na UC		x				x		x	

		Diminuição da diversidade da fauna silvestre		x			x			x	
Antrópico	Acúmulo de entulho	Piora do visual cênico e na qualidade de vida urbana			x	x				x	
	Uso e ocupação do solo				x		x				x
	Perda do ambiente natural para o lazer			x		x				x	
	Impacto visual			x		x				x	
	Qualidade de vida urbana			x		x				x	

Fonte: dados da pesquisa; Matriz de identificação de impacto socioambiental na área de interface do Parque ecológico e Vivencial do Retirinho com os bairros Leste e Oeste de Planaltina-DF.

De acordo com os parâmetros avaliados na Matriz a maioria dos impactos identificados no meio físico e antrópico foram consideradas com pequena ou média intensidade sendo estes, portanto passíveis de recuperação, desde que seja feita a recuperação das áreas degradadas e a fiscalização e monitoramento na área que abrange o parque.

No entanto, o meio biótico foi identificado como um dos impactos mais significativos na área pesquisada, primeiro porque comprometem o fluxo de material genético e provoca a redução da biodiversidade e segundo se deve a complexidade de se reverter o processo de degradação.

Na área delimitada 300 metros a partir das residências em direção ao parque foram identificados os pontos mais degradados e demonstrados na matriz de impactos e na delimitação a partir dos 300 metros embora mais distante das residências, também foram identificados vários impactos, porém com menor intensidade.

Considerações Finais

O modelo de planejamento que vigora no DF, impôs restrições à urbanização nas áreas mais centrais do Plano Piloto, favoreceu a reserva de terras para o mercado imobiliário de alta renda, aliados ao Estado e aos órgãos de controle e fiscalização, empurraram a demanda habitacional de baixa renda para as cidades periféricas cada vez mais próximas dos limites físico/ambiental das áreas de proteção ambiental.

O caso do Parque do Retirinho em Planaltina DF, sugere a coexistência de conflitos socioambientais entre os assentamentos realizados pelo GDF e a área de proteção ambiental, ambos desassistidos pelo Estado nas questões de planejamento urbano/ambiental influenciou para que a ocorrência de danos na área de proteção ambiental tornasse mais frequente, aumentando cada dia o nível de degradação ambiental e as vulnerabilidades sociais.

O modelo de planejamento que vigora no DF, impôs restrições à urbanização nas áreas mais centrais do Plano Piloto, favoreceu a reserva de terras para o mercado imobiliário de alta renda, aliados ao Estado e aos órgãos de controle e fiscalização, empurraram a demanda habitacional de baixa renda para as cidades periféricas cada vez mais próximas dos limites físico/ambiental das áreas de proteção ambiental.

O caso do Parque do Retirinho em Planaltina DF, sugere a coexistência de conflitos socioambientais entre os assentamentos realizados pelo GDF e a área de proteção ambiental, ambos desassistidos pelo Estado nas questões de planejamento urbano/ambiental influenciou para que a ocorrência de danos na área de proteção ambiental tornasse mais frequente, aumentando cada dia o nível de degradação ambiental e as vulnerabilidades sociais.

Diante das considerações apontadas, é importante que o Estado se faça presente nas regiões mais periféricas do Distrito Federal fornecendo meios técnicos e econômicos para a realização de pesquisas que discutam o papel das áreas verdes no espaço urbano e passem a ter condições de serem implementados e fornecer os benefícios ecológicos, de bem-estar e de lazer para a população de forma efetiva ao mesmo tempo em que a conservação e preservação da sua biodiversidade seja garantida.

Medidas Mitigadoras

Entretanto, podem ser previstas ações que contribuam para minimizar os efeitos dos impactos negativos coma a implementação de medidas mitigadoras que envolvam diferentes investimentos visando amenizar os problemas no curto, médio ou longo

prazo. Várias medidas podem ocorrer simultaneamente, desde que geradas por programas de acompanhamento e monitoramento para verificar a eficácia das mesmas. Para atender os propósitos deste trabalho, foram propostas as seguintes medidas mitigadoras:

- ❖ Propor para o órgão responsável que tem a missão de gerenciar os parques, (no caso dos parques distritais, são de responsabilidades de cada região administrativa e do IBRAM), criar um sistema integrado entre políticas públicas, gestão ambiental e comunidade para que possam atuar na implementação de melhorias e gestão dos parques ecológicos urbanos do DF;
- ❖ Capacitar os planejadores urbanos para que se tornem aptos a lidar com a temática ambiental;
- ❖ Integrar o meio ambiente construído e natural nos planejamentos urbanos de forma integrada de acordo com o tipo de uso a que se destinam em cada região;
- ❖ Estabelecer processos mais ágeis para o fornecimento de autorização para pesquisas nos parques urbanos, a fim de haja um maior interesse e participação da comunidade técnico-científica na discussão dos temas relacionados ao meio ambiente urbano e natural;
- ❖ Monitoramento dos parques por meio de imagens de satélite e visitas de campo periódicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, P.: Cerrado serrado: **A Agonia de um Gigante Devastado**. Revista Darcy, nº 2, Setembro / Outubro de 2009.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/civil/Leis/L0601...>> Acesso em: 01 Dez.2014.

BRASÍLIA (Distrito Federal). **Companhia de Planejamento do Distrito Federal** (CODEPLAN). Síntese de Informações Socioeconômicas. Brasília: CODEPLAN, 2013. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br...>> Acesso em 01 Set. 2014.

_____. (Distrito Federal). **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal** (PDOT). Brasília, DF, 1996.

BRASÍLIA, (Distrito Federal). **Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos**. Gerência de Monitoramento da Qualidade Ambiental e Gestão dos Recursos Hídricos. Projeto MAPEAR: os parques do Distrito Federal / Gerência de Monitoramento da Qualidade Ambiental e Gestão dos Recursos Hídricos. – Brasília, DF: IBRAM, 2012. 278 p.: il. Disponível em: Acesso em: 14 Maio 2014.

BRASÍLIA, (Distrito Federal). Lei Complementar nº 265, de 14 de dezembro de 1999. **Diário Oficial Do Distrito Federal**, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1999.

BRITO, D.Q. et al. **Análise Situacional Cinco Parques Urbanos de Brasília: Áreas estratégicas para conservação de cerrado no meio urbano**. IX Simpósio Nacional Cerrado: Desafios e Estratégias para o Equilíbrio entre Sociedade, Agronegócio e Recursos Naturais & II Simpósio Internacional Savanas Tropicais. Parla Mundi, Brasília DF, 2008. Disponível em: http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio_pc210/fichas/00783_trab2_ficha.pdf Acesso em: 11 Dez. 2014.

CASTRO, L.; WIGHTMAN, J. Cerrado sufocado. Revista Darcy, nº 2, Setembro / Outubro de 2009.

CÂMARA LEGISLATIVA DISTRITO FEDERAL (CLDF). Lei nº. 353, de 18 de novembro de 1992. Aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal. Institui o Sistema de Planejamento Territorial e urbano do DF e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal** publicado em 20. Nov. de 1995. Disponível em: http://sileg.sga.df.gov.br/legislacao/Distrital/LeisOrd/LeiOrd1994/.%5CLeiOrd1992%5Clei_ord_353_92.htm. Acesso em 01 Dez. 2014.

CIDADE, L.C.F. Qualidade Ambiental, Imagem de Cidade e Práticas Socioespaciais. In: Brasília: Controvérsias Ambientais / Aldo Paviani e Luiz Alberto Gouvêa (Organizadores) – Brasília, editora Universidade de Brasília, 2013.

COIMBRA, P.J. TIBURCIO, J.A.M. Geografia – Uma Análise do Espaço Geográfico. 2ª ed. Editora Harbra, 2002

COSTA, G.G. As Regiões Administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011. 536p. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pesquisa e Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Brasília 2011. Disponível em < <http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/9987> > Acesso em 06 de junho de 2014.

DE ANGELIS, B.L.D. LOBODA, C.R. Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos, Funções. *Ambiência - Guarapuava, Paraná*. V.1 n.1, pg. 125-139. 2005.

DE MELLO, N.A. Políticas Públicas e Consumo do Meio Ambiente Urbano. In: *Brasília: Controvérsias Ambientais / Aldo Paviani e Luiz Alberto Gouvêa (Organizadores) – Brasília, editora Universidade de Brasília, 2013.*

GOOGLE - Google Earth. Planaltina, Distrito Federal. Disponível em: earth.google.com/intl/pt.

JACOBI, P. Dilemas Socioambientais na Gestão Metropolitana: Do Risco à Busca da Sustentabilidade Urbana. *Política e Trabalho, Revista de Ciências Sociais*, n 25, pg. 115-134. 2006. Disponível em: http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/pol_trav_jacobi_dilemas.pdf. Acesso em maio 2014.

Lei Complementar nº 265, de 14 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a criação de Parques Ecológicos e de Uso múltiplo do Distrito Federal. **Diário Oficial Do Distrito Federal**, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1999.

Lei Ordinária nº 3.280, de 31 de dezembro de 2003. Cria a Secretaria de Administração de Parques e Unidades de Conservação. **Diário Oficial Do Distrito Federal**, Brasília, DF, 07 de janeiro de 2004.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 01 Dez.2014

_____. Lei n.º 10.257/2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 01 Dez. 2014

LOLLOJ. A.; RÖHM,S. A. Proposta de Matriz para levantamento e Avaliação de Impacto de Vizinhaça. *HOLOS Enviroment*, v.5 n.2, 2005 – P. 169 ISsN: 1519-8634

LONDE, P.R. MENDES, P.C. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. *Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia>. Acesso em out. 2014.

MENDES, I.L. TAMDJIAN, J.O. Geografia Geral e do Brasil: Estudos para Compreensão do espaço: Ensino Médio. Editora FTD. São Paulo, 2004

MOURA, et. al. Desenvolvimento de Indicadores de Sustentabilidade Urbano-Regional. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/31.pdf> Acesso em: 30/09/2014.

MOYSÉS, A. DA SILVA, E.R. Ocupação e urbanização dos Cerrados: desafios para a sustentabilidade. Cadernos Metrópole, pg. 197-220, 2008

PAVIANI, A. Demandas Sociais e Ocupação do Espaço Urbano. O Caso de Brasília, DF*. Cadernos Metrópole. Ed. 21, pg. 75-92, 2009. Acesso em jun. 2013. Disponível em http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm21_149.pdf.

PENNA, N.A. Fragmentação do Ambiente urbano: crises e contradições. In: Brasília: Controvérsias Ambientais / Aldo Paviani e Luiz Alberto Gouvêa (Organizadores) – Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2013.

ROMERO, M.A.B. A Sustentabilidade do Ambiente Urbano da Capital. In: Brasília: Controvérsias Ambientais / Aldo Paviani e Luiz Alberto Gouvêa (Organizadores) – Brasília, editora Universidade de Brasília, 2013.

SÁNCHEZ, L.E. Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos. 2ª Edição, São Paulo: Oficina de Testos, 2008.

ANEXO

Universidade de Brasília – UnB

Faculdade UnB Planaltina – FUP

Curso: Gestão Ambiental

Entrevistador: Eliete da Silva

Matrícula: 100028381

Orientadora: Profa. Dra: Tânia Cruz

Este questionário faz parte do trabalho de conclusão de curso da Graduanda em Gestão ambiental Eliete da Silva e tem por objetivo avaliar o grau de informação que os moradores de Planaltina DF possuem em relação a infraestrutura urbana, meio ambiente e os Parques Ecológicos da cidade.

QUESTIONÁRIO: (PESQUISA SOBRE INFRAESTRUTURA URBANA E MEIO AMBIENTE E PARQUES ECOLÓGICOS DE PLANALTINA DF)

Dados do entrevistado:

P1 - Idade

a- () De 07 a 12 anos

b- () De 13 a 17 anos

c- () De 18 a 26 anos

d- () De 27 a 59 anos

e- () Mais de 60 anos

P2- Sexo

a- () Feminino

b- () Masculino

P3 - Escolaridade:

a- () Ensino fundamental incompleto

b- () Ensino fundamental completo

c- () Ensino médio incompleto

d- () Ensino médio completo

e- () Superior incompleto

f- () Superior completo

P4 – Há quanto tempo você mora em Planaltina DF?

a- () Cinco anos

b- () Dez anos

c- () Mais de 10 anos

P5- Em que bairro você mora?

Sobre a infraestrutura e saneamento básico:

P6 - No seu bairro tem coleta regular de lixo?

a- () Sim

b- () Não

c- () Tem coleta, mas não sei a frequência

P7 - Você sabe qual o destino do lixo gerado na sua casa?

- a- () Não sei
- b- () No cerrado
- c- () Lixão
- d- () Outros

P8 - No seu bairro tem rede de esgotamento sanitário?

- a- () Sim
- b- () Não

P9 - No seu bairro tem abastecimento de água e energia elétrica?

- a- () Sim
- b- () Não

Em relação ao meio ambiente:

P10 - Você sabe Qual é a importância dos Parques Ecológicos para a comunidade?

- a- () Para lazer, educação e cultura
- b- () Lugar para caçar e pescar
- c- () Preservar meio ambiente
- d- () Outros

P11 - Você conhece o parque ecológico do Retirinho?

- a- () Sim
- b- () Não
- c- () Nunca ouvi falar

P12 - Quais áreas de proteção ambiental você conhece em Planaltina?

- a- () Parque Ecológico Sucupira
- b- () Parque Ecológico dos Pequizeiros
- c- () Parque Ecológico e Vivencial Cachoeira do Pípiripau
- d- () Outros
- e- () Nenhum
- f- () Os três parques citados acima

P13- Os parques Ecológicos são áreas de proteção ambiental de domínio público e dentre seus objetivos estão o uso para pesquisa, educação ambiental e recreação, desde que sejam preservados integralmente os recursos naturais.

Você tem conhecimento dos parques Ecológicos que existem em Planaltina DF?

- a- () Sim
- b () Não
- c () Nunca ouvi falar

P14 - Como você ficou sabendo sobre o Parque?

- a- () Cursos e/ou palestras ambientais
- b-() Em jornais escritos e ou/falados
- c-() Na escola
- d-() Outros

P15 - Na sua opinião quais problemas podem ser a causa de degradação no Parque Ecológico do Retirinho?

- a- () A proximidade com a cidade
- b-() A caça de animais silvestres
- c-() O entulho jogado às margens do parque
- d-() O acesso de animais domésticos no parque
- e-() As queimadas
- f-() Todos os itens acima
- g-() Não soube responder

P16- A preservação da biodiversidade dos parques ecológicos próximos à cidade exerce uma forte influência na qualidade do ar, para preservar os rios e nascentes, para evitar a formação de ilhas de calor e também favorecem na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Você acha importante preservá-los?

- a- () Sim
- b-() Não
- c-() Não sei

P17- Você acha que o aumento desordenado da população de Planaltina tem causado danos ao meio ambiente?

a- () Sim

b- () Não

c- () Não sei

P18- Conhecer os parques e unidades de conservação é fundamental para a preservação dos recursos naturais e a qualidade de vida das pessoas. Sendo assim, se a comunidade tiver acesso a informação dos benefícios que os Parques Ecológicos e as unidades de conservação podem oferecer como, por exemplo, lazer, educação ambiental e cultural, melhoria na qualidade de vida, eles seriam mais preservados?

a- () Sim

b- () Não

c- () Não soube responder

P19- Em sua opinião, qual seria a melhor maneira de informar a população da existência dos parques ecológicos de Planaltina-DF e da importância de preservá-los.

a- () Através de palestras

b- () Através da instalação de banners e panfletos distribuídos nos pontos de maior circulação de pessoas na cidade

c- () Através de palestras nas escolas

d- () Propagandas na TV e nos jornais de maior circulação.